



REPÚBLICA REPÚBLICA

**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no  
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no  
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora

Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Militância política e teórico-científica da educação no Brasil

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Emely Guarez  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil  
/ Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã de  
Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-501-3

DOI 10.22533/at.ed.013202610

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes  
da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III.  
Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 01 de “***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 01 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva  
Airã de Lima Bomfim

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
GESTÃO ESCOLAR E A COVID-19: DINÂMICAS DE TRABALHO E DESAFIOS PROFISSIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020	
Giliard Sousa Ribeiro Maria Carolina de Andrade José	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0132026101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO	
Aline Michelle Dib	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0132026102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
INCLUSÃO ESCOLAR – UM DESAFIO POSSÍVEL	
Emera Maria Pinto de Moraes Almeida Benedita Debora Pinto de Moraes Costa Maria Aparecida Moraes Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0132026103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
VOZES DO PODER: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA MÍTICA “CALÇA MOLHADA” DO MOLA, EM CAMETÁ-PARÁ	
Mix de Leão Moia Francisco Wagner Urbano José Luiz de Moraes Franco Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0132026104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
PERSPECTIVA EDUCACIONAL CTS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Sueli da Silva Costa Guilherme Uilson de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0132026105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
DESAFIO CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERCULTURAL NA AMAZÔNIA COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0132026106</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
A INVISIBILIDADE DA PRESENÇA INDÍGENA NO IEAA/UFAM	
Eulina Maria Leite Nogueira	

Luciane Rocha Paes  
Kellyane Lisboa Ramos  
Tarcísio Luiz Leão e Souza  
**DOI 10.22533/at.ed.0132026107**

**CAPÍTULO 8..... 79**

**A INDÚSTRIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE**

Ana Paula Speck Feijó  
Fabiani Figueiredo Caseira  
Joanalira Corpes Magalhães  
Paula Regina Costa Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.0132026108**

**CAPÍTULO 9..... 88**

**O ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Nara Hilda Batista Rocha  
Adriana Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.0132026109**

**CAPÍTULO 10..... 101**

**FORMAÇÃO CONTINUADA COMO SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO EDUCAÇÃO INFANTIL**

Andreia Cristina Pontarolo Lidoino  
Alexandre Gomes Daniel  
Nilcéia Frausino da Silva Pinto  
Priscila Dayane Rezende Gobetti

**DOI 10.22533/at.ed.01320261010**

**CAPÍTULO 11..... 115**

**ENTRELAÇAR ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Nilvania de Jesus Santos  
Alexandre Américo Almassy Junior

**DOI 10.22533/at.ed.01320261011**

**CAPÍTULO 12..... 125**

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO**

Edineide Rodrigues dos Santos  
Elizete Guedelha de Lima  
Rizia Maria Gomes Furtado

**DOI 10.22533/at.ed.01320261012**

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>136</b>
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A REALIDADE DE UMA ESCOLA DO/NO CAMPO	
Fabiana Muniz Mello Félix Roseli Ferreira Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01320261013</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>148</b>
A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA APROXIMANDO SABERES SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO, ESPORTE E CONSTRUÇÃO CIVIL	
Antônio Azambuja Miragem Roberto Preussler Valter Antônio Senger	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01320261014</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>154</b>
A TUTORIA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO DE MEDICINA DA UNIUBE: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Letícia Machado Dumont Izadora Cruz Andrade Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01320261015</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>164</b>
A FELICIDADE DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AMOR OU OPÇÃO	
Enilda Santos da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01320261016</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>172</b>
GESTÃO ESCOLAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POR UM OLHAR INCLUSIVO A CRIANÇA	
Rosana Clarice Coelho Wenderlich Caique Fernando da Silva Fistarol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01320261017</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>180</b>
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA	
Danielle Araújo Ferreira Marques Carmem Lúcia Sussel Mariano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01320261018</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>189</b>
SABERES NECESSÁRIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE	
Eva Batista dos Santos Silva Gleici Simone Faneli do Nascimento Paulo Alberto dos Santos Vieira	

DOI 10.22533/at.ed.01320261019

**CAPÍTULO 20..... 197**

**SABERES E PODERES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO SOCIAL NA UEPB/GUARABIRA**

Luciana Silva do Nascimento

Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

João Matias de Oliveira Neto

DOI 10.22533/at.ed.01320261020

**CAPÍTULO 21..... 210**

**ACESSO AO SUS POR PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA A PARTIR NORMATIVA N°2.803/2013**

Daniel da Silva Stack

DOI 10.22533/at.ed.01320261021

**CAPÍTULO 22..... 222**

**“PARA ONDE FORAM AS ABELHAS”? : O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO TEATRO DE DEDOCHES**

Camila Oliveira Lourenço

Ana Flávia Santos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261022

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 232**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 233**

# CAPÍTULO 21

## ACESSO AO SUS POR PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA A PARTIR NORMATIVA Nº2.803/2013

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 07/07/2020*

**Daniel da Silva Stack**

Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais - PPGCS/UFSM  
Santa Maria - RS  
<http://lattes.cnpq.br/5942099225527487>

A metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa com entrevistas não-diretivas aplicadas a pessoas trans que residem em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transexualidade, Sistema Único de Saúde, Reconhecimento, Políticas Públicas.

### ACCESS TO SUS BY TRANS PEOPLE FROM MUNICIPALITY OF SANTA MARIA WITH NORMATIVE 2,803/2013

**ABSTRACT:** In 1997, the Federal Council of Medicine, through resolution 1,482, authorized the transgenitalization surgeries in transsexual patients. There was a need to expand the process of transition from gender to the scope of the national health system, this scenario made possible the emergence of the normative No. 2,803/2013, which guarantees access to treatment (hormones and surgeries) free of charge through the ICD (International Code of Diseases). Access to hormonal treatment encounters obstacles in basic health units due to the stigmatization of trans persons by health professionals. The objective of the work was to discover how the trans population of the municipality of Santa Maria - RS uses the health system for gender transition, to understand the importance of gender formation in the curricular matrixes of the courses, in order to deconstruct social stigma against minorities, in this case, the trans population and finally to identify which social parameters facilitate the access to hormonal treatment either by the SUS, private health system and self-hormonization. The methodology

**RESUMO:** Em 1997 o Conselho Federal de Medicina através da resolução 1.482 autorizou a realização de cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais. Observou-se a necessidade de ampliar o processo de transição de gênero para o âmbito do sistema único de saúde, este cenário tornou possível a emergência da normativa nº2.803/2013, que garante o acesso ao tratamento (ambulatorial e hospitalar) de forma gratuita mediante o CID (Código Internacional de Doenças). O acesso ao tratamento hormonal encontra entraves nas unidades básicas de saúde, devido a estigmatização de pessoas trans por profissionais de saúde. O objetivo do trabalho foi descobrir como a população trans do município de Santa Maria- RS utiliza o sistema único de saúde para a transição de gênero, compreender a importância da formação de gênero nas matrizes curriculares dos cursos, a fim de desconstruir estigmas sociais contra minorias, no caso, a população trans e por fim identificar quais parâmetros sociais facilitam o acesso ao tratamento hormonal seja pelo SUS, rede privada de saúde e auto-hormonização.

consisted of a qualitative research with non-directive interviews applied to transgender people living in Santa Maria, Rio Grande do Sul.

**KEYWORDS:** Transexuality, National Health Service, Recognition, Public Policies.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Lei nº6229/75, a partir da reforma sanitária, a qual encarregou o Estado brasileiro a cumprir pelo zelo à saúde de modo universal. O SUS está centrado na constituição que garante igualdade de atendimento independente de classe, raça, religião, identidade de gênero, orientação sexual etc. Neste modelo o usuário é encaminhado a um serviço de saúde próximo de sua região de residência; caso nessa localidade não tenha as ferramentas necessárias para o tratamento com maiores complexidades, ele é encaminhado para a área mais próxima com serviços especializados.

O Ministério da Saúde promoveu em 2004 o projeto “Brasil sem Homofobia” e em 2010 a cartilha de saúde intitulada “Política Nacional de Saúde Integral de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, esses documentos vieram no intuito de contribuir no processo de formação de profissionais da saúde no atendimento de grupos vulneráveis, visto que vários indivíduos relataram ter sofrido violência nas dependências de postos de saúde.

Grupos vulneráveis são formados por indivíduos estigmatizados; o estigma dificulta o acesso desses indivíduos à saúde, educação e segurança. As identidades de gênero que não se enquadram na cisgeneridade (travesti, transexual e intersexo) ao longo da história sofreram estigmas, mutilações e patologização. A exemplo disso, a transexualidade foi retirada da lista de distúrbios mentais somente em 2018, enquadrada em uma nova categoria de “saúde sexual”. Essa medida foi tomada para legitimar essas identidades e tentar diminuir o preconceito dos profissionais da área da saúde com a população trans, mesmo com essa medida, ainda podemos vislumbrar o estigma patológico que circula essas identidades.

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) através da resolução 1.482 autorizou a realização de cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais, mas somente com a portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, o acesso a este direito passou a ser ofertado pelo SUS. A partir dessa portaria o sistema de saúde junto com o movimento transexual passou a articular cartilhas e folders informativos aos profissionais para que os usuários tenham atendimento especializado a suas demandas e com respeito às identidades de gênero e sexualidade, qualificando seus serviços para as necessidades da população LGBT, como a hormonioterapia e cirurgias, por exemplo.

A partir dessas medidas, assim como através de ações coletivas, se afirmou a importância de ampliar o processo de transição de gênero conhecido como processo



transexualizador. Este cenário tornou possível a emergência da normativa nº2.803/2013, conhecida como ampliação do processo transexualizador, que visava expandir o acesso ao tratamento hormonal e cirurgias aos usuários de forma gratuita em todo o Brasil.

Em 2017, cinco hospitais no Brasil estavam habilitados a realizar cirurgias de redesignação sexual, esses locais autorizados encontram-se nos estados RJ, SP, PE, GO e RS e outras quatro unidades (MG, RJ, SP e PR) foram credenciadas a iniciar o tratamento hormonal.

Nesse contexto, o acesso ao tratamento hormonal encontra entraves nas unidades básicas de saúde, pois o processo transexualizador ainda é percebido pela sociedade de forma geral, e por parcelas dos profissionais da área da saúde, de forma discriminada. Desrespeito do uso do nome social, por exemplo, é uma violência simbólica a qual pessoas trans e travestis são submetidas ao utilizar o sistema de saúde, seja para iniciar o tratamento hormonal e eventuais problemas de saúde, para além disso, outro problema é a demanda da população trans e a capacidade de atendimento nos hospitais autorizados.

Considerando essas questões, o objetivo do trabalho foi compreender como a população trans do município de Santa Maria utiliza o sistema único de saúde para a transição de gênero a partir da normativa 2.803/2013, que regulamenta o acesso ao tratamento ambulatorial e hospitalar. Outro objetivo buscado com o trabalho foi identificar se a ampliação dessa política pública é suficiente para atender a demanda da população transexual do município e como a classe social influencia no acesso ao tratamento, bem como outros direitos.

A ida ao campo ocorreu entre os meses de março à outubro do ano de 2019. A pesquisa é de abordagem qualitativa, se caracterizando como um estudo fenomenológico. Foi composta de um questionário socioeconômico seguido por um roteiro de entrevistas, uma entrevista foi realizada presencialmente o restante teve como campo das mídias digitais, sendo realizada on-line com os interlocutores.

O que busco analisar com a pesquisa é a forma como esses usuários percebem o sistema de saúde, as dificuldades de acesso e as alternativas que estabelecem para suprir essa demanda. Os sujeitos que contribuíram com a pesquisa realizam o tratamento hormonal pelo âmbito privado, da automedicação e pelo SUS, abrangendo a faixa etária de 15 à 28 anos, e tem suas identidades preservadas no trabalho.

Quando falamos de movimento LGBT e suas lutas com o sistema de saúde, deve-se pontuar que os direitos adquiridos pela população trans sofreram diversos percalços até estarem instituídos no SUS e sua institucionalização não significa garantia de acesso, visto que a patologização médica é um assunto de discussão de grupos transexuais.

## 21 A NORMATIVA 2.803/2013 E O IMPACTO NO ACESSO A SAÚDE DE PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

Existe uma série de questões que transpassam a vida de uma pessoa trans no que diz respeito ao acesso ao tratamento hormonal através do SUS. O diagnóstico da transexualidade feito pela equipe multidisciplinar do SUS ou psiquiatras da rede privada, é uma discussão importante para pensar a autonomia do sujeito transexual frente às relações de poder médico-jurídicas sobre o indivíduo. Porém deve salientar que esse debate é centrado principalmente nas capitais onde o processo transexualizador atua. Em cidades onde não há presença de ambulatórios nem de hospitais autorizados para procedimentos hormonais e cirúrgicos, a possibilidade de diagnóstico acaba se tornando quase inacessível, pois a principal barreira ao tentar iniciar o tratamento é a violência sofrida nos atendimentos das unidades básicas de saúde.

Como destaca Camilo Braz (2017) os hospitais que prestam os atendimentos especializados são em sua maioria hospitais universitários, onde novos conhecimentos e técnicas são incorporados do ambiente acadêmico, dessa forma a viabilidade de um atendimento especializado para esse público é maior. Nicolas Ronchi, homem trans e youtuber, relata no seu vídeo “Como consegui minha receita?” como ocorreu o acesso ao ambulatório trans de Florianópolis, onde os profissionais foram atenciosos e entendiam sobre o processo de transição que ele estava buscando acessar. As falas de meus interlocutores que utilizam a rede privada ou automedicação para transição hormonal diverge desse relato acima.

Mark, homem trans de 18 anos, colaborador de minha pesquisa, realiza o tratamento hormonal por automedicação, ele conta que já tentou encaminhar pelo processo transexualizador o tratamento hormonal no município, “fui no posto pra tentar marcar e não tive uma experiência boa com as pessoas de lá me chamando no feminino, mesmo eu já tendo avisado”. A aplicação dos direitos como o nome social nos atendimentos, fica a mercê da “boa vontade” dos profissionais de saúde. Outros exemplos de descaso médico pode ser observado no caso de uma transexual natural de Itapetinga (BA) que foi esfaqueada na praça conseguiu se arrastar até o hospital onde pediu socorro e seguiu sendo agredida no local pela mulher suspeita de ter ajudado a cometer o crime. O vídeo gravado por um celular mostra a transexual no chão ensanguentada pedindo ajuda, enquanto uma mulher circula ao seu redor a ofendendo.

Não muito distante, a realidade nos estudos de Martha Helena e Pedro Paulo Pereira (2015) que acompanharam as travestis de Santa Maria, identificaram casos de violência, a qual foram agredidas por estarem vulneráveis na prostituição e quando buscaram o serviço de saúde foram novamente violentadas pela negligência médica.

Na vida de uma pessoa transexual a violência é algo que o indivíduo convive diariamente, por isso muitos sujeitos nem tentam esse primeiro acesso no posto de saúde.

Krystal, mulher trans de 20 anos, também realiza a automedicação, ela diz já ter procurado o SUS por conta de problemas de saúde não vinculados ao tratamento hormonal “[...] eu estava com problemas respiratórios, de asma, aí eu teria que fazer nebulização e além de ter demorado seis horas fui constrangida ao ser chamada pelo nome civil, se recusaram a me chamar pelo nome social”.

Todavia, transexuais e travestis não buscam os serviços de saúde apenas quando inseridas no processo de readequação sexual ou em consequência da infecção do hiv/aids. Por esta razão, e considerando a forte discriminação que atinge tais pessoas quando buscam serviços universais de atendimento à saúde, deve-se ressaltar a relevância de iniciativas como a criação, em junho de 2009, na cidade de São Paulo, do Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais – instalado onde já operava o Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids da Secretaria Estadual da Saúde (MELLO, 2011, p.19)

Devemos então compreender que outras práticas de saúde devem ser implementadas para garantir o direito da integralidade nas unidades de saúde. Mesmo com projetos como Brasil sem Homofobia (2004) e Política Nacional de saúde Integral da população LGBT (2009) sendo desenvolvidos para promover o debate sobre a diversidade de gênero e sexualidade ao SUS, o acesso à saúde de pessoas transexuais é ainda prejudicado, essa barreira no acesso se torna maior se cruzarmos com outros fatores discriminantes como classe social, raça, escolaridade etc.

No âmbito das reflexões sobre acesso da população LGBT a serviços de saúde fundados nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, note-se que orientação sexual e identidade de gênero não devem ser cogitadas como atributos identitários ou marcadores sociais únicos, já que necessariamente se articulam de formas diversas com outros, a exemplo de idade, raça/cor e classe social, para ficarmos com apenas três exemplos. Isto significa dizer que o sujeito não pode ser pensado apenas como “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti” ou “transexual”, já que seu corpo/self também pode ser negro-rico-jovem, entre tantas outras combinações possíveis dos atributos raça/cor, classe social e idade (MELLO, 2011, p.12-13)

Para Krystal que buscou iniciar o tratamento hormonal pelo SUS, deparou-se com a falta de acessibilidade, infraestrutura capacitação dos profissionais no atendimento. Quando a questioneei se já havia tentado encaminhar para o tratamento hormonal pelo sistema público de saúde ela me respondeu que sim e estava aguardando a mais de seis meses para ser encaminhada. Com esse fator da fila de espera aliado com a falta de poder econômico para iniciar o tratamento pela rede privada de saúde, acabou tendo recorrendo a automedicação.

Fiz tratamento hormonal durante 11 meses, por conta própria, por que o sus não é nada acessível em relação a isso e um endócrino a consulta custa em média de 250 reais. Não tenho como pagar esse preço. Então fiz e faço automedicação por conta própria - Krystal, 20 anos.

O uso de medicação sem prescrição médica, como os hormônios utilizados para a transição pode causar sérios efeitos colaterais e problemas de saúde. Aos indivíduos transexuais que utilizam o SUS ou a rede privada dispõe de exames de rotina para monitorar seu organismo e evitar futuros problemas de saúde. Ira, homem trans de 28 anos, realiza o tratamento hormonal pelo setor privado, diz que faz exames de sangue com intervalos de no máximo três meses, monitorando junto com sua endócrina o índice de testosterona e outras substâncias no organismo. Ira participa de um coletivo de homens trans do município, as discussões do grupo centram-se na vivência dos membros. Grande parte dos componentes do grupo fazem a auto-medicação, enquanto Ira está progredindo aos poucos com a dose de testosterona, seus companheiros fazem uso de toda a ampola sem a supervisão médica.

Os efeitos colaterais do uso de hormônio feminino incluem trombose e câncer de próstata, os hormônios masculinos podem causar problemas renais e câncer de colo de útero. O não acesso a política pública e acompanhamento médico colocam o sujeito transexual sob riscos à saúde. Krystal relata que os efeitos colaterais da sua medicação envolve duras mudanças de humor e muita irritabilidade nos primeiros dias após a aplicação da medicação, ela não tem acesso a qualquer tipo de acompanhamento sobre o efeito dos fármacos.

Devido ao processo transexualizador não conseguir atender municípios distantes das capitais e muitos sujeitos não possuem poder econômico para utilizar o serviço privado, acabam desenvolvendo uma rede paralela frente aos dois sistemas excludentes. Essa rede paralela é formada por pessoas transexuais desassistidas da política pública, que trocam informações sobre hormônios entre si por grupos de Facebook. Krystal relata participar em um grupo de pessoas trans onde se trocam conhecimento sobre medicações, as postagens incluem a experiência que a pessoa teve com o determinado hormônio, efeitos colaterais, quantidade do consumo etc. Dessa forma o indivíduo transexual que não acessa o serviço público nem o privado encontra a oportunidade de modificar seu corpo, mesmo com todos os riscos possíveis à saúde já mencionados.

Assim me colocaram em um grupo/página no Facebook de mulheres trans travestis eles trocam falam sobre os hormônios. Mas eu não vejo nada não participo, porque acho errado recomendarem hormônio. Cada pessoa é diferente tem organismo diferente, então digamos que meu hormônio funciona muito bem pra mim mas para outra não, vai de cada metabolismo - Krystal 20 anos.

A internet foi o cenário onde Mark (18 anos) e Cosima (mulher trans de 26 anos, que realiza o tratamento hormonal pelo setor privado) encontraram informações sobre hormônios e iniciaram o consumo da medicação de forma autônoma. Cosima passou a frequentar o setor privado após indicação de uma amiga sobre um médico-endócrino que poderia a ajudar.

Cogitei uma época fazer acompanhamento mensal, indo para capital uma vez por mês, mas desisti por conta da logística e dos gastos. Não tinha condições. Continuei me automedicando. Por ter pesquisado muito eu já me sentia autodidata especialista no assunto. Também sentia medo de sofrer com a transfobia ao procurar me informar pelos serviços do SUS da minha cidade. Eram outros tempos, a militância e resistência tava acontecendo em grandes centros urbanos como São Paulo... E aqui a informação era muito escassa - Cosima - 26 anos.

Os estudos de Martha Helena e Pedro Paulo Pereira (2015) destacam a presença de bombadeiras como peças centrais para a modificações corporais. Elas são travestis mais velhas que têm experiência com o manuseio do silicone industrial e acabam se tornando referência para outras trans e travestis em construir um corpo mais feminino.

Mas como nós garotas trans queremos resultados, queremos sermos mais femininas possíveis, a gente corre esse risco. Por que é tudo uma questão de padrão beleza sabe. Por conta de toda essa transfobia que muita travesti e trans se põe em risco de ir em uma bombadeira pagar barato e por silicone industrial o famoso hidrogel. É algo que é feito para avião não para humanos, mas como querem o corpo ideal acabam pondo suas vidas em risco. Krystal - 20 anos.

No âmbito da implementação de políticas públicas para integrar minorias sociais ao sistema de saúde, como o processo transexualizador, os sujeitos trans têm de lidar com o estigma social a qual está vinculado e pela falta de conhecimento do profissional sobre transexualidade.

A transexualidade era chamada de “transexualismo”, o sufixo “ismo” remete a doença, visto que era considerada distúrbio psicológico no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e no CID (Código Internacional de doenças). A transexualidade só foi removida da área de transtornos mentais no CID-11 em 2018, sendo classificada como incongruência de gênero relacionada à saúde sexual.

Atualmente a Organização Mundial de Saúde (OMS) define transexualidade como um tipo de transtorno de identidade de gênero. O homem transexual e a mulher transexual se identificam com uma masculinidade e/ou feminilidade diferente daquela esperada pela sociedade em função do seu sexo biológico, causando-lhe uma “disforia de gênero”, o que leva essas pessoas a demandar a mudança de sexo, através de um procedimento cirúrgico. (POPADIUK et al. 2006, p.2).

Observa-se a necessidade de normatizar corpos, gêneros e sexualidades através do discurso biomédico e laudos. A retificação da documentação de pessoas transexuais antes do Decreto nº8.727/16 só era possível mediante o laudo médico e cirurgia de redesignação sexual; agora pode ser feita de forma direta no cartório e sem a necessidade de ter realizado a hormonoterapia e cirurgias. Importante conceber que para determinados serviços, a população trans consegue realizá-los de forma autárquica e, em outras, ela se vê dependente do discurso biomédico e novamente de laudos, como o CID diagnosticado

pelo psiquiatra, necessário para iniciar o tratamento hormonal. Berenice Bento (2014) vai chamar esse processo de cidadania precária, ações que deixam o sujeito dependente de um “sistema que lhe reconhece para poder excluir”. A mesma “cidadania precária” pode ser observada na maneira como o processo transexualizador foi instituído e continua operando.

Segundo Bento e Pelúcio (2012), houve a necessidade de se definir o “verdadeiro transexual” que apresenta um conjunto específico de características. Dentre elas a necessidade de eliminar todos os caracteres do sexo biológico e o desejo de adquirir todas as características do gênero oposto, assim como a propensão ao suicídio; essas definições da transexualidade estão presentes na normativa 2.803/2013 que regula o acesso ao tratamento hormonal. As definições e saberes médicos foram pautados na concepção da cisgeneridade sobre o que consideram disforia de gênero e, conseqüentemente, sua visão sobre a transexualidade.

Embora parte de meus interlocutores transexuais se identificam a partir da “disforia de gênero”, “almejando eliminar todas as características do sexo ‘biológico’ e adquirir as do sexo oposto”, definições presentes na normativa 2.803/2013, isso não é de fato uma regra. Ira sente-se confortável com as modificações que o hormônio produziu em seu corpo, não busca a cirurgia de ‘readequação’ sexual, embora queira eliminar os seios que define de “intruso”, Ira não se enquadraria dentro da definição hegemônica do “transexual de verdade”, pois, em sua visão foi necessário desconstruir essa definição do que é ser homem, para assim poder reivindicar sua identidade enquanto trans-homem bissexual. Como já mencionei, o “transexual de verdade” é uma definição médica da transexualidade, que reconhece como transexual apenas o indivíduo que se aproxime da feminilidade ou masculinidade hegemônica, essa definição exclui e marginaliza corpos que não vão de acordo com essa norma.

Na busca por profissionais médicos, Ira encontrou uma psicóloga que se mostrou apática nos atendimentos, quando buscou a psicóloga foi num grande momento de angústia por questionar sua identidade de gênero. Ele esperava que a profissional pudesse lhe ajudar e dizer de fato se ele estava “ficando louco”. Não obtendo nenhum tipo de alívio com as sessões, desistiu, acabou mudando de atendimento para outra psicóloga sob indicação de um amigo trans.

Profissionais qualificados fazem toda a diferença em promover o bem estar físico e social do paciente. Nos relatos onde os profissionais acolhem o indivíduo, fazem questionamentos, se mostram receptivos e promovem uma escuta do outro, há mais chances de pessoas trans retornarem ao consultório médico, já nos relatos onde o profissional promove no atendimento alguma violência ou desconforto o usuário dificilmente retorna ao consultório por quaisquer motivos.

Deste modo promover a integralidade de travestis e transexuais ao sistema de saúde é um enorme desafio, a falta do debate sobre gênero e sexualidade na formação profissional dos agentes de saúde permite que estigmas históricos sejam levados ao atendimento com o paciente.

Mesmo com o Decreto nº8.727/16, o qual concede um auto-reconhecimento e autonomia ao sujeitos transexuais sobre o uso do nome social; novas medidas tiveram que ser viabilizadas pelo Estado, visto a não efetivação desse direito. Com isso, surge a Portaria PGR/MPU nº 7, de 1º de Março de 2018 que dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas transgênero usuárias dos serviços, pelos membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados, no âmbito do Ministério Público da União.

Com a emergência desta portaria ainda observa-se restrições ao uso do nome social em postos de saúde. A difusão da informação desse direito de reconhecimento não chega a população travesti e transexual mais pobre, o que ocasiona que esses profissionais de saúde acabam saindo impunes das violências simbólicas que reproduzem no atendimento.

Voltando a discutir o papel do Estado em assegurar um bem estar físico e social ao indivíduo, podemos observar o quanto os grupos de travestis e transexuais permanecem excluídos do sistema de saúde.

Talvez não seja demais lembrar aqui que os problemas enfrentados pela população LGBT no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde são ainda mais dramáticos nos casos de travestis e transexuais. Não só por reivindicarem atendimento especializado para demandas que não se colocam para outros segmentos populacionais (alterações corporais associadas ao uso de hormônios e silicone, por exemplo), mas também pela intensidade da homofobia que costuma incidir sobre estes dois grupos identitários, especialmente quando também são discriminados a partir de outros marcadores sociais, como níveis de renda e de escolaridade, raça/ cor e aparência física, entre outros. Nesses termos, pode-se apontar que travestis e transexuais correspondem ao público, no conjunto da população LGBT, que mais intensamente sente a escassez de políticas de saúde específicas e, paralelamente, o que mais se beneficiará de tais ações quando forem efetivadas. (MELLO, 2011, p.21).

Os princípios do SUS de universalidade e integralidade acabam não abrangendo de modo satisfatório a comunidade travesti e transexual do município. Deve-se ter em mente que a constituição do processo transexualizador pela normativa precisa ser revista e ampliada, visto que a escassez de pólos em outras regiões dificulta o acesso a esses centros e profissionais especializados na transição de gênero.

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Da primeira cirurgia de redesignação sexual bem sucedida no Brasil até a oferta do serviço pelo SUS, muitas noções e conhecimentos médicos foram sendo revistos. O Dr. Roberto Farina, primeiro médico a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil, foi indiciado por mutilação corporal grave em 1978 e condenado há dois anos de reclusão social. Numa época em que a autonomia de pessoas transexuais era impensada, e esses sujeitos, vistos como doentes mentais, sem possuir autonomia para decidir sobre seu corpo. Partindo dos dados coletados e da análise observa-se o resquício desse pensamento,

onde as pessoas transexuais têm que convencer os médicos de serem “transexuais de verdade”, evidenciando uma autonomia precária frente a área médica e jurídica.

Em razão da falta de acesso a um cuidado de saúde que respeite os princípios da dignidade humana desencadeia-se novos problemas sobre o corpo com o uso de medicações sem o acompanhamento de profissionais. O descaso na saúde com essa população se alia com as normas de gênero e o desejo da construção do corpo para promover um cenário violento de uma falsa inclusão.

Os altos níveis de suicídio entre jovens trans, morte por violências e por complicações de saúde advindas de procedimentos clandestinos denunciam um Brasil que pouco se mobiliza a pensar novas políticas públicas para promover qualidade de vida a pessoas transgêneras.

Pensar políticas públicas para pessoas transexuais deve levar na sua constituição critérios como raça/etnia, classe econômica e escolaridade. É necessário compreender que as injustiças são de ordem social e de ordem econômica, pensando conjuntamente ações que visem diminuir as desigualdades.

O despreparo dos profissionais no atendimento municipal é o principal responsável para que muitas pessoas trans não busquem acesso a essa política pública, por compreender que serão alvos de violências nos consultórios médicos. É evidente a necessidade de discutir na educação básica o tema gênero e sexualidade para evitar evasões escolares de sujeitos que não estão em conformidade com as práticas de gênero, bem como trabalhar o tema na formação profissional. Todas as profissões que se inserem na sociedade devem estar aptas para prestar qualquer serviço a qualquer pessoa, com destaque da abordagem da pesquisa a necessidade de formação para profissionais de saúde, que acabam levando em seus atendimentos, os estigmas sociais históricos.

A normativa 2.803/2013, entendida como a ampliação do processo transexualizador, ainda não atinge efetivamente grande parte da população transexual que não está na localidade dos hospitais autorizados. Para promover uma ação efetiva da política pública deve-se ampliar esse serviço para além das capitais, visando fornecer os atendimentos especializados e com profissionais preparados em todo o território nacional, uma vez que essas poucas unidades estão com demandas maiores do que conseguem atender, o que gera uma nova precarização da saúde de travesti e transexuais.

Mesmo a normativa sendo um marco nos direitos da população trans o mais correto seria revisá-la a fim de corrigir os problemas discutidos ao longo do trabalho e pensar em novas formas de atender a população de outras regiões. A norma deve ser pensada em conjunto com estratégias que visem promover o bem estar social da população transgênera. Sua constante busca por autonomia, para “vir a existir” para alterar o corpo, para construir uma nova identidade, deve ser amparada pelo Estado, responsável por fornecer os meios necessários para tal mudança.



## REFERÊNCIAS

ARÁN, M; MURTA D; LIONÇO T. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2009.

BENTO, B. A. de M. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea, São Carlos, 2014.

BENTO, B; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2012. p.569-581.

BONSUCESSO, F. T. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade**. Campinas: UNICAMP, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.482 de 1997**. Diário Oficial da União 1997; 19 set. 25. Brasil. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.652 de 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional De Saúde Integral De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais**. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sus princípios e conquistas**. Brasília, 2000.

BRAZ, C. **Transmasculinidades, temporalidades: antropologia do tempo, da espera e do acesso à saúde a partir de narrativas de homens trans**. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUQUE, T. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. Campinas: UNICAMP, 2013.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Universidade Federal de Curitiba - UFPR. Curitiba. 2014.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUIZ, C. L. **Saúde para pessoas LGBT**. São Paulo: Pagu, 2011.

MELLO, L. et. al. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade**. Rio de Janeiro: Revista Sexualidad, Salud y Sociedad, 2011.

POPADIUK, G. S; OLIVEIRA, D. C; SIGNORELLI, M C. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS):** avanços e desafios. Ciência & Saúde Coletiva. Porto Alegre, 2016.

SALLES, D. G; GONÇALVES, J. S; ARAÚJO, L. D. **A transexualidade na literatura científica das ciências da saúde.** Londrina: Inf&Inf, 2017.

SANTOS, A. P. **A Patologização da identidade de gênero:** Debatendo as concepções e as políticas públicas. São Paulo: Pagu, 2011.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice - o social e o político na pós modernidade.** Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, D. B. C. **A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis.** Cadernos de Pesquisa v.45 n.157 p.630-651 jul./set. 2015.

SAMPAIO, J. V; SAMPAIO, I. M. P. **“Tudo é sempre de muito!”:** produção de saúde entre travestis e transexuais. Rev. Estud. Fem. vol.25 no.2 Florianópolis mai./ago. 2017.

SOUZA, M. H. T; PEREIRA, P. P. G. **Cuidado com Saúde:** A travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Florianópolis: Enferm. vol.24 no.1 Mar. 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abelhas 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Aprendizagem Interdisciplinar 148

Assistencialismo 14

Atendimento Educacional Especializado 28, 29, 31, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135

Autonomia 18, 21, 27, 45, 48, 53, 55, 63, 72, 107, 123, 132, 170, 195, 213, 218, 219

### C

Cidadania 16, 30, 43, 44, 52, 55, 58, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 172, 174, 181, 182, 217, 220

Coletividade 45, 120, 136, 192

Coronavírus 1, 3, 5, 11, 12, 13, 15, 18, 26

CTS 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52

### D

Desenvolvimento Humano 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 106, 127, 173, 183

Desenvolvimento Sustentável 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123

Diálogo 10, 41, 49, 83, 102, 121, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 149, 150, 151, 179, 185, 193, 194, 195, 205, 225, 229

Direito 5, 17, 21, 26, 28, 53, 54, 55, 57, 58, 63, 64, 67, 102, 117, 125, 126, 127, 131, 140, 151, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 198, 200, 205, 211, 214, 218

Docência Universitária 189, 196

Documento Referência Curricular 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113

### E

Ecologia de Saberes 197, 198, 203, 205, 206, 209

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 85, 87, 88, 89, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 211, 219, 223, 225, 230, 231, 232

Educação Ambiental 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 144, 232

Educação do Campo 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147  
Educação Inclusiva 28, 31, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 172, 175, 176, 177, 178, 179  
Educação Infantil 27, 30, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179  
Educação Profissional 41, 47, 48, 49, 50, 142, 149  
Empoderamento 80, 197, 202  
Ensino-Aprendizagem 4, 10, 88, 90, 98, 100, 153, 180, 185, 190, 223, 229  
Ensino de Ecologia 222, 230  
Ensino Remoto 1, 4, 5, 11, 15, 18, 22, 24  
Ensino Superior 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 61, 62, 63, 65, 67, 73, 158, 160, 161, 189, 190, 191, 195, 196, 203, 232  
Equilíbrio Ecológico 222, 224, 225, 229  
Espaço Educativo 46, 51, 79

## F

Formação Básica 6, 56, 148  
Formação Continuada 6, 41, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 125, 128, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 167  
Formação de Professores 4, 5, 41, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 72, 73, 77, 90, 112, 114, 125, 130, 131, 140, 189, 193, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 232  
Formação Docente 62, 99, 104, 136, 138, 146, 163, 189, 194, 196, 207, 231  
Formação Humanística 41, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 162  
Formação Técnica 148, 150, 182

## G

Gênero 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 180, 182, 189, 204, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221  
Gestão Escolar 1, 6, 10, 13, 140, 172, 175, 176, 177, 179

## I

Identidade 37, 78, 81, 136, 139, 140, 142, 145, 146, 153, 166, 168, 173, 175, 200, 201, 202, 208, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 221  
Inclusão 14, 16, 17, 18, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 77, 80, 87, 94, 95, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 148, 151, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 219  
Indígena 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 200  
Integração Curricular 148

Interculturalidade 53, 58, 63, 64

## **J**

Juventude 180, 187, 188

## **M**

Medicina 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 205, 210, 211, 220

Mercado de Trabalho 15, 16, 24, 50, 79, 80, 86, 105

## **N**

Narrativa 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40

## **O**

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 115, 120

## **P**

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 26

Participação 8, 29, 30, 42, 49, 50, 52, 67, 71, 72, 74, 82, 83, 86, 94, 98, 121, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 149, 152, 157, 176, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 229

Pessoa com Deficiência 27, 175, 179

Políticas Públicas 10, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 42, 56, 73, 101, 102, 103, 105, 106, 112, 114, 116, 146, 174, 175, 176, 177, 195, 210, 216, 219, 221

Pragmática 32, 33, 37, 38, 39, 40

## **R**

Reconhecimento 15, 23, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 73, 74, 76, 112, 143, 165, 181, 204, 210, 218, 220

Representações Sociais 78, 154, 155, 156, 157, 158, 163

## **S**

Sala de Recursos Multifuncionais 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135

Sexualidade 79, 81, 82, 83, 84, 86, 211, 214, 217, 219, 220

Sistema Único de Saúde 210, 211, 212, 220, 221

Sujeitos Políticos 180, 187

## **T**

Teatro de Dedoche 222, 230

Tecnologia 1, 3, 4, 10, 11, 15, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 128, 129, 132, 134, 135, 148, 198, 232

Teoria Histórico-Cultural 88, 89, 90

Trabalho Docente 17, 90, 114, 176, 189

Transexualidade 210, 211, 213, 216, 217, 220, 221

Tutoria 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163


## U


Universidade 1, 3, 12, 14, 16, 17, 19, 25, 32, 40, 52, 59, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 88, 115, 128, 135, 146, 154, 155, 156, 158, 172, 178, 179, 180, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 220, 222, 225, 230, 232

**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no  
Brasil**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 


[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

**Militância Política e  
Teórico-Científica da  
Educação no  
Brasil**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**